



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da Fazenda



Lucro Líquido

O Banco da Amazônia apresentou lucro líquido de R\$130,6 milhões, no exercício de 2016 (R\$248,9 milhões em 2015). Isso permitiu uma distribuição de:

- **Juros Sobre Capital Próprio (JCP)** - R\$38,7 milhões correspondendo a 31,0% do lucro líquido ajustado (R\$94,9 milhões em 2015, correspondendo a 40% do lucro líquido ajustado);
- **Participação nos lucros (empregados e administradores)** - R\$4,7 milhões (R\$23,7 milhões em 2015).
- **Reservas de Lucros (Legal e Estatutária)** - R\$92,8 milhões (R\$154,9 milhões em 2015).

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia adota as boas práticas de governança corporativa como política. Princípios como transparência, equidade, prestação de contas, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa são convertidos em ações objetivas com o público interno e externo, disseminando boas práticas de governança e benefícios para a sociedade.

O Conselho de Administração do Banco é composto por seis membros, eleitos pela Assembleia Geral. Ressalta-se que o Presidente do Banco é parte integrante do Conselho de Administração, contudo, não é o Presidente do Conselho.

O Conselho Fiscal atua de forma permanente na fiscalização da gestão verificando o cumprimento dos deveres legais e estatutários. Subordinado ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria atua assessorando-o em suas atribuições.

O Banco dispõe de uma Comissão de Ética, constituída por empregados nomeados pela Administração do Banco e eleitos pelo próprio funcionalismo. Opera com diretrizes pautadas em seu Código de Ética, que contém padrões baseados nos princípios da legalidade, proibição, impessoalidade e transparência, bem como, pelo respeito ao ser humano presentes na Constituição Federal, no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e no Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Está em fase de implantação o Programa de Gestão da Integridade, normatizado pelo Decreto nº 8.420/2015, que visa à adoção de um conjunto dos mecanismos, normas e procedimentos que serão utilizados para garantir o efetivo cumprimento do código de ética. Esse programa possibilita a análise periódica dos riscos envolvidos nas atividades, contemplando medidas de avaliação, mitigação e sanções, garantindo o cumprimento das diretrizes e ações.

Na reunião ordinária do Conselho de Administração do mês de novembro, a Comissão de ética entregou aos membros do CONSAD e a Diretoria do Banco o Código de Ética revisado. Posteriormente, todos os colaboradores do Banco receberam um exemplar, após a participação na palestra proferida pelo Ivanildo Izaias de Macedo, Mestre em Administração de Empresas, Especialista em Desenvolvimento de Pessoas, sobre o assunto: Ética e Sustentabilidade: uma nova prática para as Instituições Financeiras.

5. GESTÃO DE RISCOS

O Banco da Amazônia possui Políticas de Gestão de Riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Em conformidade com os princípios dos Acordos de Basileia e às regulamentações do Banco Central do Brasil, o gerenciamento de riscos envolve fluxo contínuo de informações, acompanhamento dos eventos e mensuração dos impactos, permeando todas as atividades da empresa e fornecendo informações para subsidiar a tomada de decisão.

Informações adicionais sobre a estrutura de gerenciamento de risco do Banco, processos e procedimentos de gestão de risco estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Risco - Pilar 3, no website do Banco da Amazônia: www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-investidores.

Risco de Mercado

O gerenciamento do risco de mercado do Banco é realizado através de métodos estatísticos que mensuram a possibilidade de perda decorrente de flutuações nas taxas de juros, índices de preços e taxa de câmbio. Para monitorar as exposições em risco são utilizadas as métricas de valor em risco (VaR), análise de sensibilidade e testes de estresse.

O Banco possui procedimentos padronizados e sistematizados para mensurar, gerenciar as carteiras de negociação (trading) e não negociação (banking), de maneira a otimizar a gestão de riscos objetivando a melhor relação risco-retorno.

A Política de Risco de Mercado estabelece os limites de exposição em cada fator de risco, tipo de papel, carteira e Value at Risk. Nessa política ficou instituído que o Banco só realizará operações com derivativos exclusivamente para hedge.

O Banco tem investido na sistematização da Gestão de Risco. Nesse sentido adquiriu em 2016 novo sistema de mensuração de Risco de Mercado, aumentando a eficiência dos controles.

Risco de Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez visa monitorar possíveis desequilíbrios ou descasamentos entre os passivos exigíveis e os ativos negociáveis, que afetam a capacidade de pagamento da Instituição de forma a minimizar o risco e otimizar o retorno do Banco.

O processo de monitoramento do Risco de Liquidez envolve fluxo contínuo de informações, que são auferidas para subsidiar o processo de tomada de decisão. Como instrumentos de gestão de risco, são utilizados a análise do fluxo de liquidez consolidado, índices de disponibilidade de recursos e cenários de estresse.

A Política de Risco de Liquidez estabelece o apetite a risco de liquidez que o Banco está disposto a incorrer. O acompanhamento, mensuração e reportes são realizados por área independente das de negócio, conforme determinação dos órgãos reguladores.

O Banco tem investido na sistematização da Gestão de Risco. Nesse sentido adquiriu em 2016 novo sistema de mensuração de Risco de Liquidez, aumentando a eficiência dos controles.

Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco está balizada na Política de Risco de Crédito, que tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e à manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

A gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, objetivando a melhoria da qualidade de crédito da Instituição com otimização das aplicações de recursos e definição de melhores spreads e qualidade das garantias.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito, estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H".

A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pessoas físicas ou jurídicas, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

O Banco da Amazônia possui modelos internos que classificam o nível de risco do cliente e a operação, sendo efetuados com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas.

Além dos critérios implementados nos modelos de avaliação, são consideradas características do cliente como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

Alinhado às melhores práticas do mercado bancário, o Banco vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco, teste de relevância das variáveis e backtesting dos modelos. Ao final desse processo, os modelos de classificação e avaliação de risco de crédito dos clientes serão refinados, tornando-se cada vez mais acurados.

O Banco tem investido na implantação de solução customizada de controle de garantias, objetivando consolidar a base de garantias e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, com uma única base corporativa de informações, controlando a suficiência ou disponibilidade de garantias, o que contribuirá para reduzir o risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito. Essa solução customizada teve seu escopo de projeto inicial ampliado para atender à vinculação de direitos creditórios (recebíveis), principalmente da área de Fomento.

Com base na Lei 13.340/2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, e após consulta ao jurídico do Banco, foi realizado o travamento dos riscos das operações contempladas no público alvo da referida lei, de modo que a partir de novembro/2016 os riscos das operações desse público foram congelados tomando por base o nível de risco de provisão delas na base de setembro/2016, e até que o termo final previsto na lei em comento.

Risco Operacional

A gestão de risco operacional está institucionalizada em normativo interno e segue os preceitos da Resolução 3.380/2006 e boas práticas de mercado como o Coso (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) Cobit (Control Objectives for Information and Related Technology) e NBR 22301.

A Política de Continuidade de Negócios estabelece as diretrizes da gestão de continuidade de negócios, as quais são orientadas por normativo interno que especifica os procedimentos para preservar os serviços essenciais e negócios. Para apoiar o processo de gestão de continuidade, o Banco realiza avaliações de riscos, análise de impacto nos negócios e possui planos de emergências, de recuperação de desastres e de resposta a incidentes específicos para os processos.

Informações adicionais sobre a estrutura de gerenciamento de risco do Banco, processos e procedimentos de gestão de risco estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Risco - Pilar 3, no website do Banco da Amazônia: www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-investidores.

6. CONTROLES INTERNOS

Alinhado às boas práticas de Governança Corporativa, o Banco da Amazônia adota a transparência, a ética, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa como atributos essenciais à gestão e à tomada de decisão.

A manutenção dos atributos de governança está apoiada no Sistema de Controles Internos (SCI), constituído pelo conjunto de políticas, procedimentos e instrumentos de controles adotados pela Instituição a fim de assegurar a eficiência e eficácia dos seus negócios e a conformidade com as leis e regulamentos externos. A metodologia de controles internos aplicada está em linha com as diretrizes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O Banco aplica testes de aderência de controles em segunda linha de defesa sobre processos de maior risco.

O SCI permeia toda a estrutura organizacional e todos os níveis hierárquicos, possui atribuição de responsabilidades e delegação de autoridade, a fim de garantir a apropriada segregação de funções.

O Banco da Amazônia utiliza modelos internos para gestão de riscos. Nesse sentido, a atividade de validação de modelos de riscos desenvolvida, objetiva verificar qualitativa e quantitativamente a abrangência, consistência, integridade e confiabilidade dos modelos de risco de crédito aplicados aos clientes da Instituição.

7. AUDITORIA INTERNA

O Banco possui unidade de Auditoria Interna denominada Secretaria Executiva de Auditoria Interna (SEAUD), vinculada ao Conselho de Administração e sujeita a supervisão técnica do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. As ações da unidade são programadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e os resultados são demonstrados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.

A SEAUD visa agregar e proteger o valor organizacional por meio de avaliações baseadas em processos com foco em riscos. Nas ações programadas, os profissionais de auditoria, experientes e qualificados, realizam desde o planejamento até o acompanhamento das correções. As situações encontradas são confrontadas com um determinado critério técnico, operacional ou normativo, primando pelo mais alto nível de independência e objetividade dentro da organização.

8. REDE DE ATENDIMENTO

Adotando nova política de atendimento e objetivando proporcionar maior comodidade, liberdade e independência aos seus clientes, o Banco, através dos terminais de atendimento do Banco 24 Horas, vem ampliando suas ofertas de autoatendimento, melhorando a qualidade dos serviços, contemplando saques de conta corrente e poupança, transferências internas e para outros Bancos, pagamento de títulos de cobrança, tarifas e tributos. Os serviços podem ser utilizados em todo território nacional.

Neste ano, foi criada uma Gerência de Engenharia, com a missão de participar de processos e rotinas no Banco, de forma segregada, atendendo desde a concessão e o acompanhamento de orçamentos, projetos e avaliações, quanto à parte de suporte físico através de execuções de reformas e entrega de unidades de atendimento. As reformas contemplaram seis agências e três novas sedes de superintendências: a do Pará/Amapá, localizada na capital, a do Amazonas/Roraima, localizada em Manaus, e a de Rondônia, situada na capital do estado.

Foi inaugurada nova unidade no estado de Rondônia no município de Cerejeiras, reforçando a presença do Banco na região e possibilitando aumentar o atendimento. A nova agência tem proximidade de importantes municípios do estado e de atendimento ao mini e pequeno produtor, alcançando os mais diversos segmentos da economia naquela região.

No segundo semestre, foram encerradas as atividades da Agência Brasília (DF) e da Superintendência Especial (São Paulo), permanecendo a agência de São Paulo com suas atividades, e jurisdicionada a Superintendência